

Proposições de interesse da Secretaria da Mulher

07 a 11/11/2016

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100/15 – do Sr. Veneziano Vital do Rêgo, que “Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal”. “Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto, no âmbito do SUS”.

Relatora: Dep. Cristiane Brasil.

Parecer: pela admissibilidade.

Aguardando deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 1.454/15 – do Sr. Roberto Alves, que “Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes”.

Relatora: Dep. Rosângela Gomes.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 3.452/15 – da Sra. Dulce Miranda, que “Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno”.

Relator: Dep. Diego Garcia.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 6.717/09 – do Senado Federal, do Sr. Mauro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”, para incluir o benefício do fornecimento de leite em pó para os filhos de mães portadoras do HIV ou doentes de AIDS”.

Relatora: Dep. Tia Eron.

Parecer: pela compatibilidade e adequação financeira.

Aguardando deliberação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

PROJETO DE LEI Nº 2.577/15 – do Sr. Vinicius Carvalho, que “Tipifica a conduta de a mulher imputar fato ilícito a seu companheiro com a finalidade de obter privilégio na ação da guarda de menores.”

Relatora: Dep. Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com emendas.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
(CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 2.362/15 – do Sr. Alfredo Nascimento, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, à mulher vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.”

Relatora: Dep. Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
(CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 5.345/16 – do Sr. Laudívio Carvalho, que “Acrescenta à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, dispositivo que estimula a participação das mulheres e jovens que residem em assentamentos da reforma agrária em cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação.”

Relatora: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
(CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 4.924/16 – do Sr. Carlos Henrique Gaguim, que “Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir a vacina contra o vírus do Papiloma Humano - HPV no Programa Nacional de Imunizações, tendo como beneficiários homens e mulheres na faixa etária dos 9 aos 40 anos.”

Relatora: Dep. Jozi Araújo.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
(CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 4.528/16 – do Sr. Carlos Henrique Gaguim, que “Esclarece que o namoro insere-se no âmbito protetivo do sistema de combate à violência contra a mulher, acrescentando o inciso IV no caput do art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.”

Relatora: Dep. Flávia Moraes.

Parecer: pela rejeição.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
(CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 4.614/16 – da Sra. Luizianne Lins, que “Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.”

Relatora: Dep. Ana Perugini.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 349/15 – da Sra. Rosângela Gomes, que “Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.”

Relatora: Dep. Raquel Muniz.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 5.001/16 – do Senado Federal – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação”.

Relatora: Dep. Laura Carneiro.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 2.577/15 – do Sr. Vinicius Carvalho, que “Tipifica a conduta de a mulher imputar fato ilícito a seu companheiro com a finalidade de obter privilégio na ação da guarda de menores.”

Relatora: Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com emendas.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 5.952/16 – do Sr. Ronaldo Carletto, que “Estabelece o atendimento preferencial das vítimas de violência sexual junto às Defensorias Públicas”.

Relatora: Dep. Jozi Araújo.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 6.074/16 – do Sr. Laercio Oliveira, que “Inclui o § 8º no art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre exame médico demissional. Trata de exame de gravidez por ocasião da demissão do emprego”.

Relatora: Dep. Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 4.075/15 – do Senado federal, do Sr. Marcelo Crivella, que “Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles esteja gestante, criança ou adolescente, e tipificar tal conduta como crime”.

Relator: Dep. Altineu Côrtes.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Viação e Transportes (CVT)

Obs.: Até o presente momento, a pauta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ainda não havia sido definida e a pauta da Comissão do Esporte estava parcialmente definida.